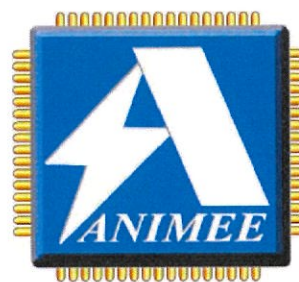


2026

PLANO ANUAL DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO





ÍNDICE

A – EVOLUÇÃO EM 2025 E PERSPECTIVAS MACRO-ECONÓMICAS PARA 2026

- A1. Evolução da Economia Mundial em 2025. Perspectivas para 2026.**
- A2. Evolução da Economia Portuguesa em 2025. Perspectivas para 2026.**
- A3. Sector Eléctrico, Electrónico e Energia - Evolução 2025. Perspectivas para 2026**

B - LINHAS ORIENTADORAS – PLANO ANUAL DE ACTIVIDADES 2026

- B1. Enquadramento Europeu**
- B2. Enquadramento Nacional**

C - PLANO ANUAL DE ACTIVIDADES 2026

- C1. Unidade de Relações Sócio-Laborais (URSL)**
- C2. Unidade de Inteligência Económica e Desenvolvimento Associativo (UIEDA)**
- C3. Unidade de Tecnologia Industrial e Sustentabilidade (UTIS)**

D – PARCEIROS ESTRATÉGICOS

- D1. Instituto Electrotécnico Português (IEP)**
- D2. Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica, Energia, Telecomunicações e Tecnologias da Informação (CINEL)**

E – ORÇAMENTO 2026

- E1. Mapa de Custos**
- E2. Rendimentos**
- E3. Proposta Quotização_2026**

Sumário executivo

Em 2025 a economia global operou num contexto de transição: medidas de política económica e ajustes nas cadeias de valor reduziram alguns choques extremos, mas a atividade foi marcada por menor dinâmica do que no período pré-choques e por riscos predominantemente negativos (proteccionismo, vulnerabilidades fiscais, choques na oferta de trabalho).

O Fundo Monetário Internacional (FMI) aponta para desaceleração do crescimento mundial para 3,2% em 2025 e 3,1% em 2026. As instituições europeias e o Banco de Portugal corroboram um **quadro de crescimento anémico na zona euro e em Portugal**, com inflação a recuar gradualmente perto de metas centrais, mas com fragilidades estruturais persistentes na produtividade e nas contas públicas.

Nos Estados Unidos, a conjuntura mantém alguma resiliência, com projeções do PIB próximas de 2% em 2025–2026, suportadas por condições financeiras favoráveis. Contudo, riscos persistem: inflação acima da meta, tensões comerciais, níveis elevados de dívida e a incerteza associada a potenciais mudanças erráticas de política da administração Trump, capazes de alterar rapidamente o ambiente económico.

A China deverá crescer próximo de 4,8% em 2025, abrandando para cerca de 4,2% em 2026, enfrentando riscos como o envelhecimento populacional, à elevada dívida local e à volatilidade do comércio global. Ainda assim, a Ásia-Pacífico permanece um eixo central de resiliência no crescimento mundial.

Em suma, 2025–2026 configuram um período de **crescimento moderado, riscos elevados e necessidade reforçada de disciplina macroeconómica**, particularmente relevante para economias expostas como a portuguesa, que devem continuar a diversificar mercados e consolidar finanças públicas.

A – EVOLUÇÃO EM 2025 E PERSPECTIVAS MACRO-ECONÓMICAS PARA 2026

A1. EVOLUÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL EM 2025. PERSPECTIVAS PARA 2026

PIB	2025	2026
MUNDO	3,2	3,1
EUA	2,0	2,1
UE – ZONA EURO	1,2	1,1
Alemanha	0,2	0,9
França	0,7	0,9
Espanha	2,9	2,0
Itália	0,5	0,8
Reino Unido	1,3	1,3
PORTUGAL	1,9	2,1
China	4,8	4,2
India	6,4	6,2
Japão	1,1	0,6

Quadro 1 – Economia Mundial / Fonte: WEO FMI – Outubro 2025

A1.1 - Evolução do Crescimento por Blocos Económicos e Fatores Dinâmicos Agregados

O crescimento global projetado pelo WEO do FMI para **2025 foi revisto para 3,2% (redução face a alguns cenários anteriores), com nova desaceleração prevista para 2026 (3,1%).**

A dinâmica de curto prazo observada no início de 2025 assentou em motores que, embora eficazes no imediato, tinham natureza claramente transitória. A **antecipação de decisões de consumo e investimento — motivada por receios de agravamento de tarifas, custos logísticos e condições financeiras** — impulsionou artificialmente a procura nos primeiros meses do ano. Em paralelo, muitas empresas reforçaram stocks para reduzir exposição a potenciais ruturas nas cadeias de fornecimento, criando um pico momentâneo de atividade industrial e comercial.

Contudo, à medida que estes fatores se normalizaram, o seu contributo perdeu tração: a procura antecipada esgotou-se e o processo de desalfandegamento de inventários gerou um abrandamento subsequente da produção e do comércio. **O resultado líquido foi uma desaceleração progressiva da atividade global no segundo semestre**, evidenciando que estes estímulos cíclicos não foram suficientes para compensar as fragilidades estruturais que continuam a limitar o crescimento.

A análise do Banco Mundial sublinha que o **abrandamento global está a ser amplificado por novas barreiras comerciais e por um clima político mais volátil, que têm levado empresas e investidores a adiar decisões e a reconfigurar cadeias de valor**. Estas pressões acentuam a divergência entre grupos económicos: as **economias avançadas** mantêm-se presas a ritmos **próximos de 1,5%**, limitadas por fraca produtividade e fatores demográficos, enquanto os **mercados emergentes** continuam a crescer **acima dos 4%**, impulsionados por procura interna e maior capacidade de absorver investimento.

A **inflação deverá manter a trajetória descendente**, embora de forma desigual: continua acima da meta nos EUA, onde persistem pressões de custos e riscos de novos impulsos inflacionários, enquanto na maioria das restantes economias avança para níveis mais estáveis.

O **mapa de riscos permanece desfavorável**. O aumento do protecionismo, a crescente incerteza política, possíveis disrupções no mercado de trabalho, fragilidades fiscais e eventuais correções nos mercados financeiros continuam a ameaçar a estabilidade global alicerçado numa fraca produtividade estrutural.

A **erosão institucional** — visível em tensões regulatórias e perda de confiança — funciona como um multiplicador destes riscos, limitando a capacidade dos países para executarem políticas coerentes e reforçarem competitividade de forma sustentada.

A1.1.1 - ZONA EURO

Na zona Euro, o **crescimento económico mantém-se anémico**, com uma **estimativa de 1,2 % para 2025 e ligeira desaceleração para 1,1 % em 2026**. Este desempenho reflete a capacidade da região de resistir aos choques recentes — incluindo tensões comerciais globais, volatilidade financeira e disrupções nas cadeias de valor — mas **evidencia limitações estruturais profundas**.

Entre estas, destacam-se a **fraca produtividade**, que reduz a capacidade de gerar crescimento sustentável; o **envelhecimento populacional**, que pressiona os sistemas de segurança social e limita a força de trabalho disponível; a **elevada dívida pública**, que restringe a margem de manobra fiscal; e a **elevada exposição ao comércio externo** aumenta a vulnerabilidade da região a flutuações globais e políticas protecionistas; sem um verdadeiro mercado comum europeu, esta fragilidade é agravada pela falta de escala e integração.

Este conjunto de fatores sinaliza que a recuperação da zona Euro continuará a ser lenta e dependente de reformas estruturais e políticas de estímulo seletivas, capazes de aumentar competitividade e resiliência perante choques externos.

A1.1.2 - EUA

Nos Estados Unidos, a **revisão em alta das previsões de crescimento para 2025 para 2%** reflete condições financeiras mais benignas, com taxas de juro estáveis e liquidez adequada para sustentar consumo e investimento. A redução do impacto das tarifas comerciais e a aplicação de estímulos fiscais estratégicos também contribuíram para impulsionar a atividade económica no curto prazo.

Para 2026, o FMI estima uma expansão em torno de **2,1%**, sinalizando uma continuidade do ciclo de crescimento, embora num ritmo fraco. Esta evolução assentará numa economia ainda suportada pela robustez do mercado laboral e por condições financeiras menos restritivas, mas já condicionada pelo esgotamento dos efeitos dos estímulos de curto prazo aplicados em 2024–2025.

No entanto, os **riscos continuam relevantes e multifacetados**. A **inflação permanece acima do objetivo** da Reserva Federal, alimentada por pressões salariais persistentes e por custos energéticos voláteis. As **tensões comerciais**, particularmente com a China, podem desestabilizar

exportações e cadeias de valor. A **elevada dívida pública e privada** restringe a flexibilidade de política económica e agrava a sensibilidade da economia a choques externos. Soma-se ainda o **risco de políticas erráticas** por parte da administração Trump, cujas decisões imprevisíveis em matéria regulatória, fiscal ou comercial podem **aumentar a incerteza para empresas e investidores, minando parte do impulso económico.**

A1.1.3 - CHINA / ÁSIA PACÍFICO

Em 2025, a **China manteve um ritmo de crescimento sólido**, com o PIB a expandir-se entre 4,5% e 4,8%, de acordo com o Banco Mundial e o FMI, alinhando-se à meta oficial do governo de cerca de 5%. Este desempenho foi sustentado pela redução de tarifas comerciais com os EUA, que aliviou pressões sobre exportações e cadeias de produção, e por políticas governamentais de estímulo económico. No plano fiscal e monetário, o governo continuou a adotar medidas de estímulo: reforço de gastos em infraestrutura, subsídios a empresas e famílias, e aumento da liquidez nos mercados para apoiar consumo e investimento, mitigando o risco de desaceleração mais acentuada.

Para 2026, o FMI projeta um crescimento de aproximadamente **4,2%**, inferior ao projetado em 2025, impulsionado por uma redução mais estável das tarifas do que o inicialmente esperado e por um ajuste gradual após a antecipação de atividade que ocorreu em 2025.

A economia chinesa mantém tração, mas enfrenta um **conjunto de riscos** que, no imediato, não podem ser subestimados. A **volatilidade comercial** continua a ser o fator mais crítico, dado que qualquer escalada tarifária ou deterioração geopolítica pode travar a recuperação das exportações. Em paralelo, a **pressão demográfica** — marcada pelo rápido envelhecimento — reduz o dinamismo da força de trabalho e condiciona o potencial de crescimento. Soma-se a isto o **nível elevado de dívida local**, que restringe a capacidade de resposta fiscal e limita estímulos mais robustos.

Portanto, num ambiente internacional marcado por menor dinamismo e riscos crescentes, torna-se absolutamente crítico reforçar a resiliência macroeconómica. Isso implica **preservar finanças públicas sólidas**, assegurando uma **gestão orçamental disciplinada** que permita responder a potenciais choques externos sem comprometer a estabilidade.

Exige também uma **estratégia clara de diversificação de mercados**, reduzindo a excessiva exposição à zona euro — cujo crescimento permanecerá residual — e ampliando a presença em geografias mais dinâmicas, nomeadamente América do Norte, África e Ásia.

O FMI tem sido particularmente assertivo neste ponto: **78% das economias avançadas apresentam contas públicas desequilibradas**, e apenas **oito dos 37 países** deste grupo deverão registar excedentes orçamentais em 2025 e 2026 — entre eles, Portugal. Esta condição reforça, de forma inequívoca, **a importância de manter políticas prudentes e um quadro fiscal robusto, que continuem a distinguir o país num contexto global de maior fragilidade e pressão sobre as finanças soberanas.**

A2. EVOLUÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA EM 2025. PERSPECTIVAS PARA 2026.

Principais indicadores	2025	2026
PIB (%)	1,9	2,2
Consumo Privado	3,3	2,0
Consumo Público	1,6	1,3
FBCF	3,0	5,3
Exportações	1,1	2,2
Importações	4,7	2,8
Taxa de inflação (%)	2,2	1,9
Taxa de desemprego	6,2	6,3

Quadro 2 - Economia Portuguesa / Fonte: BdP (BE outubro 2025)

A2.1 - Situação em 2025: Crescimento Moderado, apoiado pela Procura Interna

De acordo com o **Banco de Portugal**, a economia portuguesa deverá crescer **1,9% em 2025**. Este crescimento é impulsionado essencialmente pela **procura interna**: o consumo privado está projetado para aumentar cerca de **3,3%**, enquanto o consumo público cresce em torno de **1,6%**, segundo a mesma fonte.

Em investimento (FBCF), há uma componente de expansão significativa: prevê-se um crescimento de **3%** em 2025, apoiado principalmente pelos fundos europeus (PRR) e pela modernização da estrutura produtiva. No setor externo, as exportações têm um desempenho mais fraco, projetadas para crescer apenas **1,1%**, enquanto as importações sobem mais rapidamente (**4,7%**), o que reflete um forte apetite importador ligado à procura interna e a investimentos.

A inflação deverá estabilizar em torno de **2,2% em 2025**, segundo o Banco de Portugal, graças a um abrandamento nas pressões de custo e uma moderação nos preços energéticos/importados. No mercado laboral, a taxa de desemprego é estimada em **6,2%**, segundo os mesmos pressupostos.

Riscos importantes:

- Choques externos, como desaceleração global ou instabilidade geopolítica, podem comprometer o desempenho das exportações.
- A capacidade de aterragem e execução dos grandes montantes previstos para o PRR é determinante: se houver atrasos ou subutilização, o impulso ao investimento pode ficar aquém do esperado.
- Apesar de crescer, a dependência de importações pode aumentar vulnerabilidades à balança comercial se a procura externa se deteriorar.

A2.2 - Perspetivas para 2026: Aceleração, mas com Desafios

O **Banco de Portugal** projeta que o PIB cresça para **2,2% em 2026**, confirmando a trajetória moderada de recuperação. Espera-se um abrandamento no consumo privado para **2,2%**, à medida que o crescimento dos rendimentos se normaliza.

O investimento (FBCF), por seu lado, deverá acelerar significativamente, com previsão de **5,3% de crescimento em 2026**, refletindo um pico na execução dos fundos do PRR e uma maior confiança empresarial.

As exportações projetam-se recuperar para **2,2%**, enquanto as importações desaceleram para **2,8%**, o que poderá ajudar a melhorar a contribuição externa para o PIB.

Quanto à inflação, antecipa-se uma ligeira descida para **1,9% em 2026**, segundo as previsões do Banco de Portugal. A taxa de desemprego pode subir ligeiramente para **6,3%**, conforme as projeções do BdP, refletindo um abrandamento no dinamismo do emprego depois de anos de crescimento robusto.

A2.3 - Forças, Oportunidades e Riscos Estratégicos

Forças e alavancas positivas:

- A **forte utilização de fundos europeus** (nomeadamente do PRR) pode sustentar um investimento elevado nos próximos anos, servindo como motor central para a formação bruta de capital fixo.
- O **mercado interno** (consumo) continua a ser um pilar fundamental da economia, conferindo alguma independência face à volatilidade externa.
- As **políticas orçamentais e monetárias** ainda têm algum espaço para estimular a economia de forma seletiva, se bem calibradas.
- A **inflação moderada em Portugal** (relativamente controlada) e a **melhoria das condições externas** (importações mais baratas via dólar mais fraco, menores tarifas) oferecem alguma margem de manobra para políticas económicas.

Principais riscos:

- **A execução dos fundos PRR:** atrasos, ineficiências ou subinvestimento podem comprometer a previsão de um pico de investimento em 2026.
- **Exposição a choques externos:** se a procura global enfraquecer ou se surgirem novos riscos geopolíticos, o setor exportador português pode ser afetado.
- **Pressão sobre as finanças públicas:** manter o equilíbrio orçamental será crucial para sustentar credibilidade e permitir manobra política.

Diversas instituições internacionais e analistas económicos, para além do **Banco de Portugal**, convergem na visão de que **2026 deverá registar um desempenho económico ligeiramente superior ao de 2025**, refletindo uma continuação da trajetória de recuperação moderada da economia portuguesa.

Contudo, esta melhoria não é automática nem garantida: depende de fatores externos, como a consolidação da recuperação económica global e a estabilidade das cadeias de fornecimento internacionais, bem como de condições internas.

A **estabilidade política e institucional em Portugal** será decisiva para permitir a concretização dos investimentos previstos, a execução eficaz dos fundos europeus e a manutenção de políticas económicas coerentes. Sem este enquadramento favorável, o crescimento projetado para 2026 poderá ficar comprometido, e o impacto positivo sentido em 2025 poderá ser atenuado.

A3. SECTOR ELÉCTRICO, ELECTRÓNICO E ENERGIA - EVOLUÇÃO 2025. PERSPECTIVAS PARA 2026

A3.1 – Evolução do Sector em 2025

O **Sector eléctrico e electrónico português** apresentou em 2025 um desempenho desigual, fortemente condicionado por fatores externos, sobretudo a política comercial norte-americana e a volatilidade global das cadeias de valor.

Os dados de comércio externo relativos a **Janeiro–Setembro de 2025** mostram uma **queda significativa das exportações do setor em termos homólogos (-16%)**, com impactos muito heterogéneos por subsector.

- O **subsector da Eletrónica de Consumo** foi o mais afetado, registando uma quebra acentuada de **-82%**, refletindo a vulnerabilidade a políticas protecionistas e à redução da procura internacional.
- A **Aparelhagem Ligeira de Instalação** também sofreu, com **-14%**, enquanto os **Componentes Eletrónicos**, apesar de não sujeitos a tarifas adicionais, cresceram modestamente apenas **3%**, evidenciando alguma resiliência.
- No segmento automóvel, as **Cablagens** sentiram os efeitos das tarifas de 25% aplicadas pelos EUA a automóveis e peças automotivas, caindo **-8%** no primeiro semestre, mas recuperando ligeiramente no terceiro trimestre (**+1% homólogo**).
- Por seu lado, os subsectores **Telecom, Eletrónica Profissional e Informática** mantiveram-se praticamente estáveis (**-1%**), mostrando resiliência, embora o crescimento continue condicionado pelo ambiente externo.

Entre os subsectores com evolução positiva destacam-se o crescimento em termos homólogos de:

- **Máquinas, Equipamentos e Aparelhos Industriais (+44%)**
- **Acumuladores e Pilhas (+31%)**
- **Fios e Cabos Isolados (+8%)**

A análise geográfica evidencia que as quedas mais significativas ocorreram nas exportações para:

- **EUA** (-13,9%), devido às tarifas elevadas sobre componentes para a indústria automóvel e electrónicos;
- **Japão** (-5,6%), também afetado pelo impacto indireto das tarifas norte-americanas sobre componentes para a indústria automóvel;
- **EFTA** (-11,2%), refletindo efeitos de competitividade e alterações nos fluxos comerciais.

No lado positivo, verificou-se crescimento das exportações para mercados alternativos:

- **Países Terceiros** (+9,8%) e **UE** (+5,7%), evidenciando um esforço de diversificação geográfica;
- **Sudeste Asiático** (+36,8%), demonstrando abertura a mercados de elevado crescimento;
- **PALOP** (+3,8%), com destaque para Angola (+16,3%), onde a presença histórica e os laços comerciais continuam a ser relevantes.

A3.2 - Perspetivas para 2026

O **Sector eléctrico, eletrónico e energético** português apresenta uma trajetória de crescimento estável, impulsionada por políticas de **transição energética**, expansão das **energias renováveis** e iniciativas de **eficiência energética**, nomeadamente:

- **Recuperação moderada das exportações:** espera-se que os subsectores afetados, especialmente Eletrónica de Consumo e Aparelhagem Ligeira de Instalação, beneficiem de algum alívio nas tensões comerciais e da diversificação para mercados emergentes (Sudeste Asiático, PALOPs).
- **Resiliência dos subsectores industriais e de componentes:** segmentos como Máquinas, Equipamentos Industriais, Fios e Cabos Isolados e Acumuladores continuarão a liderar o crescimento, impulsionados pela procura interna e por projetos de eficiência energética
- **Renováveis:** o investimento em energia solar, eólica e em sistemas híbridos deverá acelerar, alinhando-se com os objetivos do **Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC)** e com o PRR. Espera-se um aumento na capacidade instalada e uma maior integração de **smart grids**, criando oportunidades para o setor elétrico e para fornecedores de equipamentos e tecnologias de monitorização.

- **Eficiência energética e integração tecnológica** serão vetores estratégicos: a procura por soluções que aumentem a eficiência e permitam armazenamento de energia renovável impulsionará a electrónica industrial e sistemas inteligentes. A convergência entre electrónica e energia renovável permitirá gestão avançada de redes, monitorização e automação, reforçando a competitividade internacional do setor.

Num ambiente económico ainda marcado por volatilidade nos mercados internacionais, pressões regulatórias e incertezas geopolíticas, o Sector eléctrico, electrónico e energético enfrenta um conjunto de riscos que exige monitorização permanente. Estes riscos podem influenciar preços, competitividade e o ritmo de execução dos projetos de transição energética — elementos centrais para o desempenho em 2026, sendo que destacamos:

- **Volatilidade dos preços internacionais da energia e dependência de importações**, fatores que podem desestabilizar custos operacionais e afetar a competitividade das empresas do setor.
- **Atrasos regulatórios ou entraves administrativos na aprovação e execução dos projetos** enquadrados no PRR e no PNEC, com potencial para comprometer o calendário de investimento e a expansão planeada.
- **Persistência de choques externos**, incluindo políticas protecionistas, tensões geopolíticas ou disrupções em mercados estratégicos, que podem afetar exportações, cadeias de fornecimento e decisões de investimento. Qualquer deterioração do enquadramento global pode repercutir-se rapidamente sobre as exportações, sobre os custos de produção e até sobre a confiança dos investidores.

Em suma, apesar do **potencial de crescimento do setor ser real e significativo**, a sua trajetória continuará **altamente sensível** à evolução do contexto internacional e à capacidade do país em assegurar um ambiente regulatório estável, célere e orientado para resultados.

Por isso, o ano de 2026 configura-se como um ano de **recuperação seletiva e oportunidades estratégicas**, especialmente para empresas que conseguem aliar produção industrial, inovação tecnológica e integração em projetos de energia renovável e eficiência energética.

Lisboa, Novembro de 2025

Unidade de Inteligência Económica e Desenvolvimento Associativo

B - LINHAS ORIENTADORAS – PLANO ANUAL DE ACTIVIDADES 2026

ESTRATÉGIA ASSOCIATIVA

B1. ENQUADRAMENTO EUROPEU

O ano de 2025 revelou-se um ponto de inflexão para a ordem económica e política global. Durante este ano, sucederam-se acontecimentos que reconfiguraram cadeias de valor, testaram a resiliência institucional e obrigaram governos, empresas e sociedades a reposicionar prioridades.

B1.1 - Crise tarifária UE_EUA

A nível mundial, os efeitos da crise tarifária desencadeada pelos Estados Unidos produziram ondas de choque que se fizeram sentir tanto em mercados emergentes como em economias avançadas. A Europa absorveu impactos diretos, enquanto Portugal enfrentou desafios internos que amplificaram a volatilidade internacional.

Logo no início do ano, os mercados internacionais foram surpreendidos quando os Estados Unidos **impuseram um novo conjunto de tarifas sobre produtos industriais, tecnológicos e energéticos**, justificadas por razões de segurança estratégica e defesa da produção nacional. Essa decisão **disparou tensões comerciais globais** e acentuou o clima de incerteza económica.

A Europa, altamente dependente do comércio internacional, **sentiu com particular intensidade os efeitos da crise tarifária norte-americana**. A UE respondeu com uma série de medidas de contenção, incluindo pacotes de apoio à indústria, programas de compensação e negociações diplomáticas. Contudo, a pressão inflacionista e o abrandamento económico ficaram evidentes ao longo do ano.

O Parlamento Europeu já tinha alertado para este risco: as cadeias de produção profundamente integradas entre os EUA e a UE significavam que tarifas punitivas podiam desorganizar fornecedores, elevar os preços e dificultar a obtenção de componentes específicos.

Posteriormente, o acordo de 15% firmado entre Bruxelas e Washington ofereceu um alívio temporário, mas não eliminou os riscos estruturais: a competitividade europeia foi fragilizada, e muitos setores industriais enfrentaram um novo paradigma onde o comércio transatlântico passa a ser menos previsível e mais politizado.

Em última instância, a crise evidenciou a necessidade de a Europa reforçar a sua autonomia económica, diversificar as suas cadeias de abastecimento e consolidar mecanismos de resposta rápida a choques externos.

B1.2 - Defesa & Segurança Europeia Comum

Em março de 2025, a União Europeia lançou o **Plano Readiness 2030**, uma iniciativa histórica que redefine a arquitetura de segurança europeia para enfrentar um contexto geopolítico marcado pela

guerra na Ucrânia, pela crescente assertividade da Rússia e pela incerteza quanto ao compromisso dos EUA com a defesa europeia.

Este plano surge como resposta à constatação de que **“a era do dividendo da paz terminou”**, nas palavras da Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen.

O **Readiness 2030** não é apenas um plano militar: é um **projeto económico e tecnológico** que pode gerar efeitos multiplicadores na indústria europeia, incluindo setores como **electrónica, telecomunicações, cibersegurança e inteligência artificial**. Para Portugal, representa oportunidades de integração em cadeias de valor críticas, participação em projetos pan-europeus e captação de investimento para modernização tecnológica.

Entre as prioridades estão: **produção rápida e em escala de equipamentos militares, criação de um mercado europeu integrado** com compras conjuntas e investimento em **tecnologias críticas como defesa antiaérea, drones, cibersegurança, inteligência artificial e sistemas espaciais**.

Para viabilizar estes objetivos, **o plano mobiliza até €800 mil milhões em quatro anos**, através da flexibilização das regras orçamentais, do instrumento SAFE (€150 mil milhões para projetos conjuntos) e da canalização de fundos europeus e capital privado para fortalecer cadeias de fornecimento estratégicas.

No entanto, o caminho é complexo e repleto de desafios: desde a **harmonização dos orçamentos nacionais** à **consolidação de uma base industrial tecnologicamente independente**, sem falar nas **tensões políticas entre a soberania nacional e a cooperação supranacional**. O sucesso deste projeto implicará não apenas recursos, mas visão estratégica, compromisso político e coordenação reforçada entre os Estados-membros.

B1.3 - Excesso de Burocracia na UE / Iniciativa Omnibus

A União Europeia tem sido criticada pelo **elevado peso regulatório** e pela complexidade administrativa que afeta empresas e cidadãos. Em 2025, este tema ganhou destaque com a publicação da **“Bússola para a Competitividade”**, inspirada no relatório Draghi, que alertou para a perda de competitividade face aos EUA e à China.

Para enfrentar este problema, a Comissão Europeia lançou em 2025 os **Pacotes Omnibus**, uma abordagem legislativa que agrupa alterações a várias diretivas e regulamentos num único ato, visando **reduzir encargos administrativos em 25% (35% para PME) até 2029**.

Principais metas:

- **Simplificação regulatória:** eliminar sobreposição de normas e reduzir obrigações desproporcionadas.
- **Harmonização:** alinhar requisitos entre CSRD (Corporate Sustainability Reporting Directive), CSDDD (Corporate Sustainability Due Diligence Directive), Taxonomia e CBAM (Carbon Border Adjustment Mechanism).

- **Digitalização:** promover interoperabilidade e automatização de processos para reduzir custos e prazos.
- **Proporcionalidade:** restringir obrigações às grandes empresas (>1.000 trabalhadores), permitindo reporte voluntário para PME.
- **Adaptação de prazos:** adiamento das exigências de reporte para 2028, evitando penalizações excessivas.

B1.4 - Energia e Transição Verde

A União Europeia intensificou a execução do **Green Deal** e do pacote **Fit for 55**, com metas ambiciosas para **descarbonização, eficiência energética e integração de renováveis**.

Apesar dos avanços, persistem desafios estruturais: **dependência de importações energéticas, volatilidade dos preços e atrasos na execução dos fundos europeus**. A pressão sobre redes elétricas, impulsionada pela eletrificação e pela digitalização, exige investimentos urgentes em interligações, armazenamento e **smart grids**.

A Europa também **enfrentou incêndios devastadores no Mediterrâneo**, que expuseram vulnerabilidades às alterações climáticas e reacenderam o debate sobre sustentabilidade e proteção civil.

B1.5 - Segurança e Ciberameaças

A Europa enfrentou um aumento significativo de ataques híbridos e ciberataques dirigidos a infraestruturas críticas, incluindo redes elétricas, telecomunicações e sistemas industriais.

Em resposta, a União Europeia reforçou a sua Estratégia de Resiliência Digital, com medidas como a **implementação da Diretiva NIS2**, investimentos em centros de competência em cibersegurança e plataformas para combate à desinformação.

B1.6 - Fluxos Migratórios

Os **fluxos migratórios para a Europa** mantiveram-se elevados em 2025, impulsionados por **conflitos prolongados** (Ucrânia, Médio Oriente, África), **Impactos climáticos** que agravam deslocações forçadas e **procura por mão-de-obra** em setores críticos (energia, construção, tecnologia), num contexto de envelhecimento demográfico europeu.

Este fenómeno trouxe consigo **três grandes desafios estruturais**:

- **Políticas Comuns Fragmentadas**, já que persistem **divergências entre Estados-membros** sobre quotas de acolhimento, critérios de integração e partilha de responsabilidades.

- **Pressão sobre Serviços Públicos e Coesão Social** devido à chegada massiva de migrantes exercendo pressão sobre **saúde, educação, habitação e segurança social**, sobretudo em países com maior atratividade económica.
- **Risco Político e Populismo**, uma vez que a migração permanece um **tema central no discurso populista**, alimentando polarização e movimentos anti-imigração. Este contexto influencia agendas eleitorais e dificulta consensos sobre políticas comuns, com impacto direto na governabilidade.

Para a UE, a gestão dos fluxos migratórios é **não apenas uma questão humanitária**, mas também **económica e de segurança**. A escassez de mão-de-obra qualificada em setores críticos (energia, tecnologia, saúde) torna a integração laboral uma prioridade estratégica.

B1.6 - Instabilidade Política

A **Instabilidade Política nos Principais Estados-Membros caracterizou o ano 2025**, sendo que o ambiente político europeu registou **agravamento da polarização** entre grupos partidários, refletido em discursos mais fragmentados e tensões acrescidas nos parlamentos nacionais.

B2. ENQUADRAMENTO NACIONAL

B2.1 - Em 2025, Portugal atravessou um ciclo eleitoral que resultou na formação de um Governo de centro-direita (AD) em regime minoritário.

B2.2 - O **Orçamento de Estado para 2026** foi aprovado com abstenção do PS, prevendo crescimento moderado, consolidação da política de equilíbrio orçamental, mantendo excedentes pelo quarto ano seguido e medidas de **redução fiscal** para empresas e rendimentos mais baixos. Este quadro induz **estabilidade política pragmática** e uma agenda reformista centrada na modernização do Estado, política de rendimentos e imigração regulada, exigindo diálogo interpartidário e concertação social.

B2.3 - Portugal atingiu **47% de execução do PRR** em novembro de 2025, com **13,8 mil milhões € já transferidos** pela Comissão Europeia. Os investimentos concentram-se em **transição energética, digitalização, habitação e inovação empresarial**. Contudo, persistem **obstáculos administrativos** que atrasam pagamentos aos beneficiários finais, exigindo simplificação e maior agilidade. Acelerar a execução até agosto de 2026 é chave para garantir liquidez aos projetos e criar efeito multiplicador na economia, sobretudo nos setores eletrointensivos e tecnológicos.

B2.4 - Relativamente à **crise tarifária desencadeada pelos EUA**, ainda que a exposição direta da economia portuguesa ao mercado americano seja moderada, os efeitos indiretos — através de cadeias industriais e confiança empresarial — foram reais e exigiram ajustes estratégicos.

B2.5 - No setor energético, o **apagão ibérico inesperado** ocorrido em abril de 2025, expôs **vulnerabilidades críticas na infraestrutura elétrica nacional e transfronteiriça**, com impactos significativos na indústria e nos serviços essenciais.

Este incidente evidenciou três dimensões estruturais:

- **Capacidade de Rede Insuficiente**
 - Limitações na interligação transfronteiriça e na redundância das linhas de transporte.
 - Dependência excessiva de perfis renováveis sem mecanismos adequados de compensação.
- **Escassez de Armazenamento e Flexibilidade**
 - Baixa penetração de sistemas de baterias e soluções de resposta da procura.
 - Falta de incentivos para agregadores e tecnologias de gestão inteligente.
- **Deficiências nos Mecanismos de Segurança e Monitorização**
 - Necessidade de modernização para integrar IA e análise preditiva.

O Governo anunciou um **Plano de Reforço da Infraestrutura Elétrica**, com três eixos prioritários:

- A **expansão da rede de transporte e interligações ibéricas** para aumentar redundância;
- **Capacidade de escoamento**, o **investimento em armazenamento** (baterias, centrais hidroelétricas reversíveis) e **mecanismos de flexibilidade** para estabilizar o sistema;
- **Modernização tecnológica**: integração de sistemas inteligentes, IA para previsão de falhas e reforço da cibersegurança.

Para **ANIMEE e seus associados**, este contexto representa uma oportunidade para liderar projetos de engenharia, fornecimento de equipamentos e soluções digitais, mobilizando fundos europeus e nacionais para acelerar a transição energética e garantir maior resiliência do sistema elétrico.

B2.6 - Em 2025, Portugal manteve **fragilidades estruturais** que condicionam a competitividade e a capacidade de resposta às turbulências globais:

- **Elevados custos de contexto**
 - **Sistema judicial** (processos morosos e complexos), **Licenciamentos** (burocracia elevada) e um elevado e complexo **Sistema fiscal**.
- **Escassez de mão-de-obra qualificada**
 - Setores industriais e tecnológicos enfrentaram **défi ce de competências críticas**, agravado pela demografia e pela emigração jovem.
 - **Impacto**: pressão sobre salários, dificuldade em cumprir prazos de execução de projetos e menor capacidade de absorção de fundos europeus.

- **Baixa produtividade**

- Persistência de **gaps tecnológicos** e **processos pouco automatizados** em PME.
- Portugal continua cerca de **30% abaixo da média da UE** em produtividade, limitando ganhos salariais e competitividade internacional.

- **Dependência de importações tecnológicas**

- Forte dependência de **componentes electrónicos, semicondutores e equipamentos avançados** provenientes da Ásia e EUA.
- **Vulnerabilidade:** exposição a **choques tarifários, custos logísticos elevados e riscos geopolíticos**, como a crise comercial UE–EUA, gerando um aumento da imprevisibilidade nos prazos de fornecimento e pressão sobre custos de produção, afetando a competitividade das empresas portuguesas.

ANIMEE reafirma em 2026 o seu compromisso com a transformação industrial e energética do país. Atuaremos para apoiar as empresas associadas na modernização tecnológica e na defesa de políticas que promovam competitividade e sustentabilidade.

Contamos com o apoio e a determinação das nossas empresas para, em conjunto, transformar desafios em oportunidades e consolidar Portugal como referência na economia verde e digital.

C - PLANO ANUAL DE ACTIVIDADES 2026

C1. Unidade de Relações Sócio-Laborais (URSL)

A Unidade de Relações Sócio-Laborais (URSL), tem como principal missão garantir apoio jurídico especializado às empresas associadas em matérias sócio-laborais, promovendo um diálogo construtivo com sindicatos, Governo e parceiros sociais, assegurando a defesa dos interesses do setor elétrico, eletrónico, energia e telecomunicações.

Esta unidade assume um papel estratégico na negociação coletiva, influenciando políticas públicas e práticas laborais que reforcem a competitividade das empresas e a estabilidade das relações de trabalho, antecipando impactos legislativos, mediando de conflitos sempre que necessário e desenvolvendo mecanismos preventivos que reduzam riscos jurídicos e sociais.

Mais do que um serviço jurídico, pretendemos que esta unidade seja um instrumento de influência e de construção de consensos, posicionando a ANIMEE como parceiro estratégico como referência na promoção de relações laborais justas, inovadoras e sustentáveis.

Principais Iniciativas da URSL para 2026:

C1.1 - Negociação Coletiva Sectorial

Em 2026, a URSL assume um papel determinante na defesa dos interesses das empresas associadas num contexto marcado pela implementação da **reforma da legislação laboral** e pela consolidação do **Acordo Tripartido sobre Valorização Salarial e Crescimento Económico**. Esta unidade irá apoiar a Direção nos processos de negociação coletiva sectorial, assegurando que as alterações legislativas decorrentes do programa governativo e das diretivas europeias são acompanhadas, analisadas e traduzidas em orientações claras para os associados.

C1.1.1. - A primeira prioridade será acompanhar a evolução do **Anteprojeto de Reforma da Legislação Laboral**, que introduz alterações profundas ao Código do Trabalho e diplomas complementares, com impacto direto na contratação coletiva, teletrabalho, parentalidade, formação profissional e adaptação à economia digital.

C1.1.2 - Em paralelo, e seguindo a mesma dinâmica esta unidade irá acompanhar a evolução da **trajetória de valorização salarial prevista no Acordo Tripartido 2025-2028**, sempre com base em ganhos de produtividade e equilíbrio entre competitividade empresarial e justiça social, procedendo, em conformidade, à sua análise e divulgação.

C1.1.3 - No que concerne ao enquadramento profissional, a URSL irá desenvolver as negociações com as estruturas sindicais representativas do Sector, no âmbito do grupo de trabalho criado no seio da ANIMEE para introdução da nova categoria profissional **“Técnico de Energias Renováveis”**, com o objetivo de:

- **Abranger novas áreas de atividade** ligadas à transição energética, nomeadamente **energia eólica e solar**.
- **Atualizar o enquadramento das qualificações** para refletir as exigências tecnológicas e ambientais do setor.
- **Valorizar competências emergentes**, garantindo maior empregabilidade e alinhamento com políticas nacionais e europeias de descarbonização.

Esta unidade terá como principal responsabilidade:

- Participação ativa nas negociações com as estruturas sindicais, assegurando que a nova categoria responde às necessidades das empresas associadas.
- Articulação com entidades formadoras, nomeadamente o CINEL e o IEP, para garantir coerência entre enquadramento profissional e programas de formação/qualificação.

C1.2 - Enquadramento das categorias profissionais do IRCT

O enquadramento das categorias profissionais no Contrato Colectivo de Trabalho da ANIMEE encontra-se num momento propício para evolução, refletindo a oportunidade de alinhar as funções e níveis salariais com a dinâmica inovadora do setor.

Dois fatores têm impulsionado esta necessidade de modernização:

- **Evolução tecnológica e organizacional**

As empresas do setor têm vindo a evoluir para modelos de negócio que incorporam digitalização, eficiência energética, integração de sistemas inteligentes e serviços de maior valor acrescentado. Esta transformação tem conduzido à emergência de novos perfis profissionais, com competências especializadas, cuja correspondência nas categorias previstas pelo IRCT nem sempre refletem plenamente a complexidade e responsabilidade das funções.

Neste contexto, torna-se relevante promover uma atualização que assegure maior coerência entre a estrutura funcional, os níveis de qualificação e a competitividade salarial, reforçando a mobilidade interna e a capacidade de atração de talento.

- **Compressão dos níveis salariais pelo aumento do Salário Mínimo Nacional (SMN)**

Nos últimos anos, o crescimento acelerado do Salário Mínimo Nacional (SMN) tem provocado uma compressão significativa entre os níveis inferiores e intermédios da tabela salarial do Contrato Colectivo de Trabalho, reduzindo a diferenciação entre categorias.

Este fenómeno tem impacto direto na atratividade das funções técnicas especializadas, que exigem maior responsabilidade e competências, e contribui para um risco acrescido de desmotivação e rotatividade nos quadros intermédios, pela ausência de progressão remuneratória proporcional. Acresce ainda a pressão sobre a estrutura de custos das empresas, que enfrentam margens reduzidas e a necessidade de manter competitividade internacional.

Este contexto torna imprescindível uma **revisão estratégica do Contrato Colectivo de Trabalho**, garantindo o **alinhamento com a realidade tecnológica e organizacional do setor** e assegurando uma **estrutura salarial coerente, sustentável** e capaz de **diferenciar níveis de responsabilidade e qualificação**.

Em 2026, a **URSL irá coordenar um estudo aprofundado sobre esta matéria**, apresentando propostas concretas para análise e validação pela Direção e pelas empresas associadas.

C1.3 - Apoio na Prevenção de Conflitos

A URLS irá manter a sua função de **prevenção de conflitos laborais**, apoiando as empresas em processos de negociação sindical e resolução de litígios, sempre que solicitado, reforçando a confiança no papel da ANIMEE como parceiro estratégico na construção de relações laborais equilibradas e sustentáveis.

C1.4 - Capacitação e Formação Profissional

O Governo definiu como prioridade reforçar os mecanismos de controlo da qualidade da formação profissional, visando maior empregabilidade, aumento da produtividade e valorização salarial. Entre as medidas previstas destacam-se:

- Qualificação em competências tecnológicas e digitais, preparando a força de trabalho para a integração da Inteligência Artificial.
- Lançamento do **Programa Nacional de Formação Profissional Pós-secundária**, incluindo a reformulação dos **Cursos de Especialização Tecnológica (CET)** e dos **Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP)**.

A URLS terá como principais iniciativas:

- **Monitorização legislativa e regulatória:** Acompanhar a evolução do quadro legal e regulamentar sobre formação profissional e qualificação técnica, disponibilizando alertas e *briefings* sobre alterações legislativas relevantes.
- **Participação institucional:** Contribuir para processos de consulta pública e grupos de trabalho, defendendo os interesses das empresas do setor, nestas matérias.
- **Articulação com entidades públicas e académicas:** Estabelecer canais de diálogo com ministérios, CIP e instituições de ensino para garantir que as necessidades do setor são consideradas, sobretudo o nosso parceiro estratégico, o CINEL, promovendo mais as áreas STEM, garantindo talento qualificado para a transição digital e energética.

C1.5 - Directiva “Transparência Salarial” - Implementação em Portugal (2026)

A Directiva (UE) 2023/970, conhecida como Directiva da Transparência Salarial, **deverá ser transposta para a legislação nacional até junho de 2026**, impondo novas obrigações às empresas para reforçar a igualdade de remuneração por trabalho igual ou de igual valor. Esta medida visa combater a discriminação salarial, especialmente entre homens e mulheres, e promover maior equidade no mercado de trabalho.

Principais Obrigações para Empresas:

- **Transparência no recrutamento:** divulgação obrigatória das bandas salariais nos anúncios de emprego e proibição de solicitar histórico salarial dos candidatos.
- **Direito à informação:** trabalhadores poderão consultar critérios salariais, níveis de progressão e médias salariais por género para funções equivalentes.
- **Relatórios de disparidade salarial:** Empresas com ≥ 250 trabalhadores: reporte anual. Empresas com 100-249 trabalhadores: reporte trienal.
- **Correção de diferenças:** disparidades superiores a 5%, sem justificação objetiva, obrigam a avaliação conjunta com representantes dos trabalhadores e implementação de medidas corretivas.
- **Sanções:** coimas, compensações aos trabalhadores discriminados e inversão do ónus da prova em caso de incumprimento.

Relativamente a esta matéria, a URLS terá como principais iniciativas:

- **Plano de sensibilização:** Criar guia prático e *webinars* para associados sobre requisitos legais e boas práticas.
- **Ferramentas de diagnóstico:** Disponibilizar um “Readiness Assessment” para medir o grau de preparação das empresas.
- **Formação e gestão de risco reputacional:** Parcerias para acções de formação aos associados sobre definição de critérios objetivos de remuneração, metodologias de *job levelling* e *job evaluation*, desenho de grelhas salariais, boas práticas de *reporting* e gestão de comunicação interna num contexto de maior transparência, com entidades de referência no panorama académico e corporativo em Portugal.

C1.6 - Inteligência Artificial – Acompanhamento Regulatório

O **AI Act** (Regulamento (UE) 2024/1689) é o primeiro quadro legislativo global para Inteligência Artificial, com aplicação plena a partir de **agosto de 2026** e normas específicas já em vigor desde **fevereiro de 2025** para usos considerados de risco inaceitável.

Este regulamento visa garantir uma IA **confiável e centrada no ser humano**, assegurando proteção da saúde, segurança e direitos fundamentais, enquanto promove inovação e competitividade no mercado

interno. O AI Act integra um pacote europeu mais amplo que inclui o **Pacote de Inovação em IA**, as **Fábricas de IA** e o **Plano Coordenado sobre IA**, iniciativas que reforçam segurança, aceitação e investimento em tecnologias emergentes.

Relativamente a esta matéria, a URLS terá como principal missão:

Monitorização da evolução legislativa europeia e nacional sobre IA, incluindo o **AI Act** e medidas complementares, participação em consultas públicas e fóruns técnicos para defesa dos interesses do setor, e disponibilização de informação aos associados através de alertas, *briefings* e sessões explicativas sobre impactos regulatórios e oportunidades de inovação.

C1.7 - Outras Actividades Transversais à Atividade da ANIMEE

C1.7.1 - Apoio Jurídico-Laboral

- Prestação de apoio jurídico-laboral às Empresas Associadas e aos Serviços internos da ANIMEE.
- Emissão de pareceres técnicos e jurídicos sobre matérias laborais relevantes.

C1.7.2 - Informação e Comunicação

- Colaboração na **Newsletter quinzenal**, com análise e atualização de temas jurídico-laborais.
- Produção de **briefings e alertas legislativos** para associados.

C1.7.3 - Representação Institucional

- Colaboração com a **CIP – Confederação Empresarial de Portugal** e outras organizações congéneres, contribuindo para posições setoriais no domínio das relações laborais.
- Participação em fóruns e grupos de trabalho sobre políticas laborais e regulamentação.

C1.7.4 - Eventos

- Organização do **Fórum Setorial**, um encontro dedicado à discussão de temas estratégicos como direito do trabalho, gestão de pessoas, sustentabilidade, tecnologia e outros desafios emergentes, promovendo *networking* entre os associados bem como a partilha de conhecimento e soluções para reforçar a competitividade do setor.

C2. Unidade de Inteligência Económica e Desenvolvimento Associativo (UIEDA)

A Unidade de Inteligência Económica e Desenvolvimento Associativo é o núcleo estratégico da ANIMEE para **gerar conhecimento, dinamizar a vida associativa e reforçar a presença institucional**.

A sua atuação combina quatro dimensões complementares: **inteligência económica, desenvolvimento associativo, influência institucional e comunicação**.

Monitoriza mercados, políticas e tendências, consolidando informação que orientam as empresas para oportunidades de investimento, inovação e financiamento. Paralelamente, desenvolve iniciativas que reforçam a ligação com os associados, promovendo momentos de *networking* e ações de capacitação. Por fim, gere o website, as redes sociais e os conteúdos institucionais, garantindo uma comunicação moderna, coerente e orientada para valorizar os associados e a marca ANIMEE.

Principais Iniciativas da UIEDA para 2026:

C2.1 – Inteligência Económica

Em 2026, a ANIMEE reforçará o papel de fonte credível de informação económica para os seus Associados, assegurando acompanhamento e divulgação sistemática de dados relevantes. A introdução de novos projetos será calibrada em função da prioridade estratégica atribuída à Comunicação, garantindo maior impacto institucional e alinhamento com os objetivos de visibilidade e influência.

C2.1.1 - Informação e Análise Económica

- Elaboração dos **Relatórios Trimestrais de Comércio Externo**.
- **Revisão e reformulação gráfica** da informação económica para maior clareza e impacto e resposta a **pedidos de informação sobre conjuntura económica** (Portugal, UE e setor), incluindo apoio a Associados e instituições (Comités Setoriais Europeus, Câmaras de Comércio, Embaixadas, etc.).

C2.1.2 - Harmonização e Atualização Normativa

- Projeto de **atualização dos códigos pautais**, alinhado com o *portefólio* atual das Associadas e a nomenclatura combinada.

C2.1.3 - Divulgação e Capacitação

- Participação em **webinars** de instituições empresariais e académicas (IAPMEI, DGAE, CIP, Universidades, consultoras, etc.), para partilha de informação relevante com os Associados.
- Divulgação de **novos concursos e linhas de financiamento** (Defesa, Inteligência Artificial, I&D), alinhados com prioridades do Governo e da UE.
- Divulgação de **eventos de interesse económico-empresarial**.

C2.1.4 - Representação Institucional

- Continuação da participação nas reuniões da **Comissão de Fiscalização do CINEL** e da **CERTIF**, enquanto vogal, e na CERTIF como **Presidente do Conselho Fiscal**.

C2.2 - Desenvolvimento Associativo

O desenvolvimento associativo é essencial para reforçar a representatividade e o valor da ANIMEE. Em 2026, as ações centrar-se-ão em três eixos: **prospecção e expansão da base associativa, parcerias estratégicas e valorização das empresas associadas.**

Este foco visa atrair novas empresas associadas, criar sinergias com entidades relevantes, garantir uma experiência associativa diferenciada e consolidar a presença da ANIMEE como voz influente do setor elétrico, eletrónico, energético e das telecomunicações. A comunicação institucional será, em 2026, uma prioridade estratégica, garantindo maior visibilidade, reforço da credibilidade e plena coerência com os objetivos de competitividade, inovação e sustentabilidade da ANIMEE.

C2.2.1 - Prospecção e Expansão Associativa

- **Foco estratégico na prospecção de empresas de referência em setores prioritários**, com destaque para energias renováveis, electrónica avançada e telecomunicações.
- Pesquisa sistemática em bases de dados empresariais, *clusters* setoriais e redes institucionais.

C2.2.2 - Colaborações e Parcerias

- Continuidade na **análise e formalização de protocolos de colaboração** com entidades que reforcem a proposta de valor da ANIMEE, nomeadamente, apoio à gestão e sustentabilidade (candidaturas a fundos europeus, ESG, certificação, IA, cibersegurança, logística).

C2.2.3 - Parcerias e benefícios mútuos:

- Recomendação de **parceiros de referência** e respetivos serviços.
- Realização de webinars temáticos com insights da ANIMEE, parceiros e especialistas convidados (IAPMEI, DGAE, Universidades, consultoras).

C2.2.4 - Valorização e Envolvimento Associativo

- Criação de um **Programa de Onboarding “ANIMEE We Care”** para novas associadas, com:
 - Abordagem consultiva: diagnóstico inicial das necessidades da empresa antes da adesão.
 - Follow-up estruturado com kit digital de boas-vindas e proposta personalizada.
- Lançamento do **Programa ANIMEE 360:**

Esta iniciativa visa criar uma abordagem de **abrangência total, proximidade contínua e visão integrada.**

Representa um programa que acompanha cada empresa associada em todas as dimensões do seu negócio, garantindo proximidade, relevância e impacto real.

C2.3 - Comunicação Institucional

Em 2026, a **comunicação institucional será um eixo prioritário** para reforçar a visibilidade da ANIMEE, consolidar a sua credibilidade e valorizar o trabalho desenvolvido nas restantes áreas.

A implementação da nova estratégia, com o apoio da Agência de Comunicação especializada, permitirá construir uma imagem mais coerente e atrativa, promover maior proximidade com os Associados e aumentar a notoriedade junto de parceiros e instituições.

C2.3.1 - *Rebranding* e Identidade Visual

- Implementação da **nova identidade gráfica** com aplicação consistente em todos os suportes (website, newsletters, apresentações, estacionário, *roll-ups*).
- Produção e atualização contínua de conteúdos institucionais, garantindo alinhamento com a estratégia de Associação.

C2.3.2 - *Website*

- Desenvolvimento de um **novo site** mais dinâmico, funcional e orientado para experiência do utilizador.
- Gestão contínua de conteúdos com base em métricas de desempenho e interesses dos públicos-alvo.

C2.3.3 - *Redes Sociais*

- Reativação estratégica no *LinkedIn*, reforçando notoriedade, reputação institucional e interação com *stakeholders*.

C3. Unidade de Tecnologia Industrial e Sustentabilidade (UTIS)

A Unidade de Tecnologia Industrial e Sustentabilidade continuará a posicionar-se como a alavanca técnica, regulatória e estratégica da ANIMEE, garantindo que os associados operam num quadro legislativo claro, competitivo e alinhado com as melhores práticas europeias — e que têm acesso atempado a inteligência regulatória, *insights* de sustentabilidade e mecanismos que aumentem a sua resiliência industrial.

Principais Iniciativas da UTIS para 2026:

C3.1 - Acompanhamento legislativo, emissão de pareceres e suporte técnico-regulatório

Em 2026, a UTIS assegurará a sua função enquanto *hub* de conhecimento regulatório para o setor elétrico, eletrónico e energia. Esta atividade será orientada para elevar a capacidade de tomada de decisão das empresas e antecipar impactos setoriais. As principais linhas de ação incluem:

C3.1.1 - Pareceres e esclarecimentos

- Emissão de pareceres técnicos, ambientais e legais a associados (individualmente, por clusters ou no universo associativo).
- Resposta estruturada a solicitações urgentes, garantindo tempos de resposta mais previsíveis e padronizados.
- Produção regular de *briefings* técnicos sintetizando impacto de nova legislação.

C3.1.2 - Acompanhamento sistemático da legislação nacional e europeia

- Monitorização ativa de diplomas emergentes com impacto no Setor do Equipamento Eléctrico, Electrónico e Energia, com especial foco em:
 - ESPR (Regulamento da Conceção Ecológica dos Produtos Sustentáveis) & Etiquetagem Energética, REEE, REACH, RoHS e CBAM.
 - Passaporte Digital do Produto (PDP)
 - Regimes de Responsabilidade Alargada do Produtor

C3.1.3 - Relação institucional e representação técnica

- A intensificação do relacionamento com decisores públicos será uma prioridade, garantindo influência concreta na formulação de políticas. A UTIS continuará a interagir com entidades como: Agência do Clima, ANACOM, APA, ASAE, CERTIF, CIP, DGAE, DGEG, IAPMEI, IPQ, IMT, IEP, LNEG, REACH Help Desk, entre outras.

C3.1.4 - Articulação com Câmaras de Comércio e internacionalização

- Intercâmbio e coordenação operacional com as Câmaras de Comércio presentes em Portugal, garantindo participação consistente nos eventos promovidos por estas entidades.

C3.1.5 - Preparação de posições estratégicas

- Desenvolvimento e consolidação de posições estratégicas da ANIMEE perante questões críticas para as empresas associadas, antecipando impactos de alterações legislativas nacionais e europeias.

C3.1.6 - Participação em fóruns nacionais estratégicos

- Participação no CEAS (Conselho Estratégico Nacional do Ambiente e Sustentabilidade) da CIP e nos respetivos GTs (Grupos de Trabalho), sobretudo CBAM e Resíduos, com promoção de posições concertadas em linha com as necessidades reais da indústria nacional.

C3.1.7 - Comissão Técnica de Normalização – Passaporte de Produto Digital (IPQ/CT288)

- Participação na construção do enquadramento normativo do Passaporte Digital do Produto, acompanhando os trabalhos normativos do CEN/CLC JTC 24.

C3.2 - Relação com Associações Europeias

A presença ativa da ANIMEE no ecossistema europeu continuará a ser um diferenciador competitivo. A UTIS assegurará o seu papel como tradutor estratégico das tendências europeias, garantindo que as empresas portuguesas não apenas cumprem, mas antecipam requisitos.

C3.2.1 - Representação e influência

A UTIS continuará a atuar junto de:

- **CECAPI** - European Committee of Electrical Installation Equipment Manufacturers
- **CEMEP** - European Committee of Manufacturers of Electrical Machines and Power Electronics
- **T&D Europe** (Association of the Electricity Transmission and Distribution Equipment and Services Industry)

Atividades-chave:

- Produção de relatórios síntese para os associados, destacando impactos regulatórios, tendências de mercado e riscos emergentes para o sector.
- Participação informada em grupos de trabalho, com destaque para:
 - Sustentabilidade (CECAPI e T&D Europe)
 - TLS Newsletter (legislação técnica e normalização)

C3.2.2 - MSSI Electrical – Prevenção/mitigação a produtos não conformes

O MSSI Electrical é uma iniciativa do CECAPI, ao qual a ANIMEE se juntou em 2021 com o apoio das principais multinacionais industriais, incluindo ABB, Benedict, Eaton, Hager, Legrand, Schneider Electric e Siemens.

- Conclusão da tradução das Guias de Segurança do Produto para português.
- Definição de um plano para divulgação ao mercado português sobre requisitos de conformidade.

C3.3 - Representação da ANIMEE no LIP (Laboratório de Instrumentação e Física Experimental de Partículas)

C3.4 - Sessões de informação e debate técnico

Em 2026, a UTIS continuará a realizar de sessões informativas, garantindo que os associados dispõem de conhecimento acionável.

Principais eixos :

- **Webinars** regulares via Teams, com foco em:
- Criação de **formatos inovadores**:
 - *Micro-briefings* de 30 minutos sobre novidades legislativas.
 - Sessões de questões rápidas (*quick Q&A* regulatório).

D – PARCEIROS ESTRATÉGICOS



O ano de 2026 inicia-se num contexto económico ainda exigente, tanto em Portugal como na Europa, marcado pela persistência de riscos geopolíticos e pela volatilidade global. A guerra na Europa Oriental continua a condicionar cadeias de abastecimento e custos energéticos, com impacto direto na competitividade e na estabilidade dos mercados.

Na União Europeia, apesar de sinais de desaceleração da inflação, as políticas monetárias restritivas e a pressão sobre setores industriais mantêm-se como desafios relevantes. Acresce o reforço do protecionismo económico por parte dos EUA, traduzido em tarifas acrescidas sobre importações, o que poderá exigir respostas estratégicas coordenadas para salvaguardar a indústria europeia.

Em Portugal, a consolidação da recuperação económica dependerá da capacidade de execução de políticas orientadas para a transição energética, a digitalização e a inovação, em estreita articulação com os fundos europeus e os programas de investimento estruturante.

É neste cenário que o IEP encara 2026 como um ano decisivo na concretização da sua estratégia de crescimento e modernização. Durante o ano de 2026 serão concluídos os investimentos previstos nas três agendas em que o IEP está atualmente inserido, que se consubstanciam no maior investimento da sua história, prevê-se que no segundo semestre do ano seja o IEP entre numa fase de plena operacionalização das novas infraestruturas e equipamentos. Lembre-se que estes investimentos conferem à instituição competências únicas em Portugal, posicionando-a entre os mais avançados laboratórios europeus nas áreas da compatibilidade eletromagnética, mobilidade elétrica, armazenamento de energia e outras tecnologias emergentes.

Ao nível das operações prevê-se um reforço significativo da atividade do IEP, com um volume de prestação de serviços que deverá ultrapassar os **12 milhões de euros** e um total de proveitos acima dos **13 milhões**. Este crescimento será acompanhado por desafios importantes, nomeadamente na área dos Recursos Humanos, onde a elevada competitividade do mercado. Esta realidade assume particular relevância num ano em que se consolidam novos laboratórios e se intensifica a execução de projetos estratégicos.

Apesar das incertezas, o IEP mantém a confiança na sua equipa e na capacidade de inovação que caracteriza a instituição. 2026 será um ano de afirmação, marcado pela consolidação dos investimentos realizados e pela preparação para novas oportunidades, reforçando o papel do IEP como referência nacional e europeia em engenharia e tecnologia.



1. Enquadramento

O CINEL, Centro de Formação Profissional da Indústria Eletrónica, Energia, Telecomunicações e Tecnologias da Informação, foi criado por Protocolo subscrito a 9 de janeiro de 1985 entre o IEFP, I.P. e a Associação Portuguesa das Empresas do Sector Eléctrico e Electrónico (ANIMEE) e homologado pela Portaria n.º 361/87, de 30 de abril.

O CINEL tem como principal vocação desenvolver a atividade numa lógica de proximidade às empresas e às pessoas que, a título individual ou encaminhados pelo IEFP, recorrem aos seus serviços.

2. Localização

O âmbito de atuação do CINEL é nacional, tendo a sede em Lisboa e uma Delegação no Porto.

Lisboa

Sede: Rua Jau (Alto de Santo Amaro)

1300-312 Lisboa

Telef. 214967700

e-mail: cinel@cinel.pt

Porto

Delegação: Rua de São Rosendo, N.º 377

4300-478 Porto

Telef. 225363210

e-mail: geral.porto@cinel.pt



A Tecnologia e o Futuro num só Centro

3. Recursos Humanos

O Quadro de Pessoal é composto por 52 colaboradores, dos quais 35 na Sede e 17 na Delegação do Porto.

O efetivo de recursos humanos, incluindo os lugares de Direção, é em 2025 de 35 colaboradores.

A distribuição por categoria profissional consta do quadro seguinte:

Mapa de Recursos Humanos Previsional 2026

	DIRETOR	DIRETOR ADJUNTO	COORD. NÚCLEO	TÉC. SUP. PRINCIPAL	TÉC. SUP. FORMAÇÃO	TÉC. SUP. GESTÃO	TÉCNICO ESPECIALISTA	TÉC. FORM. PROFISSIONAL	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	TOTAL
SEDE (Lisboa)	1	2	2	2	11	5	1	2	9	-	35
Delegação (Porto)	-	1	1	-	6	2	1	1	3	2	17
CINEL	1	3	3	2	17	7	1	2	14	2	52

4. Áreas de Formação

O CINEL promove formação nas seguintes áreas:

- Automação, Robótica e Controlo Industrial
- CA TV e Fibra Ótica
- CIM
- Domótica – KNX
- Energias Renováveis
- Hardware e Redes
- Ciências Informáticas
- Eletrónica e Automação
- Eletrónica e Equipamentos
- Segurança Informática
- Eletrónica e Telecomunicações
- Eletrónica Médica
- ITED ITUR
- CISCO CCNA
- Microprocessadores e Microcontroladores
- Aquisição e Processamento de Dados
- Multimédia
- Redes e Sistemas Informáticos
- Robótica
- Sistemas Digitais
- Cibersegurança



A Tecnologia e o Futuro num só Centro

8. Plano Atividades para 2026

O Plano de Atividades para o ano de 2026 foi delineado em alinhamento com as orientações e prioridades estratégicas definidas pelo IEFP, tendo em conta os seguintes eixos de intervenção:

- Contribuir para a concretização das políticas públicas de emprego e de formação profissional, através da oferta de qualificações que respondam às prioridades estratégicas do setor, definidas a nível nacional e regional;
- Apoiar empresas, pessoas e a economia nos processos de (re)qualificação profissional, com vista à adaptação aos desafios colocados pelas transições digital, demográfica e climática, privilegiando as áreas e saídas profissionais associadas à sustentabilidade ambiental, ao digital e à Indústria 4.0;
- Assegurar o alinhamento e reforço da oferta formativa com os investimentos previstos no âmbito da Componente C6 – Qualificações e Competências do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), designadamente no Investimento i01: Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional;
- Orientar a formação modular para as necessidades concretas da população ativa e das empresas, promovendo percursos flexíveis de qualificação profissional que reforcem simultaneamente a empregabilidade dos indivíduos e a competitividade das organizações;
- Reforçar a oferta de modalidades formativas que privilegiem o contacto com contextos reais de trabalho, potenciando a integração de formação prática em ambiente laboral;
- Consolidar o desenvolvimento e a qualidade da formação profissional a distância, aplicável a todas as modalidades de formação previstas no Sistema Nacional de Qualificações (SNQ), assegurando o respeito pelos princípios da racionalidade económica, da qualidade dos processos, da elegibilidade e da legalidade;
- Maximizar a utilização dos fundos públicos e comunitários, garantindo uma gestão racional, eficaz e eficiente dos recursos disponíveis, em conformidade com os indicadores de realização e de resultado definidos pelos respetivos Programas Operacionais.



A Tecnologia e o Futuro num só Centro

No quadro seguinte apresenta-se a atividade projetada para 2026:

Mapa Síntese - Plano de Atividades para 2026		
MODALIDADE FORMATIVA	N.º de Formandos	Volume de Formação (Horas)
Aprendizagem (APR)	49	40 000
Educação e Formação de Adultos (EFA)	178	77 000
Especialização Tecnológica (CET)	830	395 000
Formação Modular Certificada (FMC)	1 893	192 000
Formação Modular Extra-CNQ (FEC)	950	47 800
Medida Vida Ativa (VAT)	100	12 000
Programa Jovem Digital (PJD)	100	20 000
Português Língua Acolhimento (PLA)	60	4 500
Programa PRO_MOV	20	22 000
TOTAL	4 180	810 300

O CINEL tem em funcionamento um CENTRO QUALIFICA com as seguintes metas para 2026:

CINEL - CENTRO QUALIFICA							
N.º Abrangidos						N.º de Certificados RVCC	
Inscritos	Diagnóstico/ Informação e orientação	Encaminhamento		Processos de RVCC		Profissional	
		Ofertas de Educação e	RVCC	Escolar	Profissional	Nível 4	Saídas Profissionais
400	360	350	10	0	10	1	Técnico de Informática, Instalação e Gestão de Redes
						1	Técnico Instalador de Sistema Solares Fotovoltáicos
						0	Técnico de Eletrónica, Automação e Instrumentação
						1	Técnico de Eletrotécnica

*A Tecnologia e o Futuro num só Centro*

9. Potencialidades e perspectivas de futuro

Potencialidades

O elevado grau de especialização tecnológica; os laboratórios muito bem equipados com tecnologia moderna; as competências técnicas e profissionais dos colaboradores; as certificações que possui e a qualidade da formação que ministra constituem as principais potencialidades.

O envolvimento do CINEL em relações de cooperação com diferentes entidades e o desenvolvimento de ações de formação em regime de prestações de serviço para empresas do setor e entidades públicas, conferem um capital de experiência e competências.

O CINEL apresenta-se assim como um Centro de excelência e referência nos domínios da eletrónica, da robótica, da automação, das energias e telecomunicações, bem como das redes e sistemas de informação, em que se insere a cibersegurança.

Perspetivas de futuro

O propósito é que a atividade do CINEL em 2026, na continuidade do realizado, procure desenvolver a relação de forte proximidade com os Centros de Emprego para integrar em processo formativo pessoas desempregadas, bem como com as empresas das áreas em que o CINEL intervém no sentido de responder a necessidades de desenvolvimento e de novas qualificações dos recursos humanos.

As potencialidades decorrentes da utilização da formação a distância continuarão a merecer especial atenção em 2026, nas modalidades de Formação Modular Certificada e Formação Extra-Catálogo, como atividade estratégica do CINEL orientada para os cidadãos do país, independentemente de onde residam.

Finalmente, o CINEL pretende continuar a apostar na participação ativa em atividades de desenvolvimento de competências, com o objetivo de divulgar e projetar o Centro e facultar aos jovens concorrentes a possibilidade de competirem e afirmarem os valores da excelência, do rigor e do profissionalismo.

E – ORÇAMENTO 2026

E1. Mapa de Custos

MAPA DE CUSTOS			
Em Euros			
Designação dos Custo	Orçamento 2025	Estimado Dezembro 2025	Orçamento 2026
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS			
Serviços especializados	63,082	61,076	60,000
Publicidade-Outros	748	131	200
Vigilância e Segurança	621	600	624
Honorários	23,694	37,113	46,494
Conservação e Reparação	14,040	3,952	3,400
Outros - Serviços Bancários	7,050	2,615	2,500
Ferramentas e Utensílios	1,000	307	500
Livros e Documentação Técnica	950	400	300
Material de Escritório	6,978	3,563	2,440
Electricidade	2,386	2,185	2,400
Água	432	358	420
Deslocações e Estadias	15,027	15,455	17,000
Passes Sociais	2,304	1,343	1,800
Comunicações - Telefones	4,892	3,158	3,360
Comunicações - Correios	216	110	100
Seguros	524	14,734	15,000
Contencioso e Notariado	150	105	100
Limpeza, Higiene e Conforto	5,532	5,680	4,200
Outros Serviços	1,022	2,677	5,300
TOTAL I	150,648	155,560	166,138
GASTOS COM PESSOAL			
Remunerações	267,526	240,772	226,100
ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES			
Taxa Social única	63,538	49,661	53,000
GASTOS ACÇÃO SOCIAL			
Seguro de AT e Doença	10,778	2,250	1,820
Subs Almoço	12,456	13,570	15,500
OUTROS GASTOS			
Formação	1,663	675	0
SO - Saúde Ocupacional	700	1,200	1,000
TOTAL II	356,661	308,128	297,420

E1. Mapa de Custos (Cont.)

Designação dos Custo	Orçamento 2025	Estimado Dezembro 2025	Orçamento 2026
GASTOS DE DEPRECIAÇÃO			
Depreciações Activos Fixos Tangíveis	4,025	4,025	4,025
Depreciações Activos Fixos Intangíveis			
TOTAL III	4,025	4,025	4,025
OUTROS GASTOS E PERDAS			
Perdas por Redução de Justo Valor	0	28,105	0
Impostos Directos - IMI/AIMI	442	2,551	2,100
TOTAL IV	442	30,656	2,100
QUOTIZAÇÕES			
Quotizações - CIP	40,941	30,444	31,200
Quotizações - Associações Europeias (T&D, CECAPI, CEMEP)	3,607	4,810	4,810
TOTAL V	44,548	35,254	36,010
OUTROS GASTOS_DESENVOLVIMENTO ASSOCIATIVO			
Encontro de Gestores/Seminários	0	0	22,500
Despesas com Actividade Associativas	0	16,000	20,000
TOTAL VI	0	16,000	42,500
TOTAL I, II, III, IV, V, VI	552,717	549,622	548,193

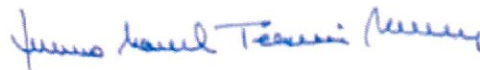
Contabilista Certificado (7938)


Dra Maria Otília Amaro Lopes

Direcção da ANIMEE



Eng.º Carlos Cardoso



Eng.º Fernando Mendes

E2. Rendimentos

ESTIMATIVA ORÇAMENTO_RENDIMENTOS_2026

Em Euros

Designação do Rendimento	Orçamento 2025	Estimado Dezembro 2025	Orçamento 2026
QUOTAS			
Prestação de Serviços - Quotizações Associados	310,000	316,184	330,000
Prestação de Serviços - Newsletter	2,800	2,800	3,500
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS			
Outros rendimentos - Fee IEP	190,000	127,163	176,000
Património Social - CERTIF	0	75,000	0
RENDIMENTOS FINANCEIROS (Juros e Dividendos)			
Ganhos por Aumentos de Justo Valor	0	30,000	0
Depósitos	62,676	87,584	65,000
TOTAL	565,476	638,731	574,500

Contabilista Certificado (7938)

Maria Otilia Amaro Lopes
D^{ra} Maria Otilia Amaro Lopes

Direcção da ANIMEE

Carlos Cardoso

Eng.º Carlos Cardoso

Fernando Mendes

Eng.º Fernando Mendes

E3. Proposta de Quotização_2026

PROPOSTA DE QUOTIZAÇÃO PARA 2026

1. As regras gerais de quotização que vigoraram em 2025 foram as seguintes:

a) Fórmula

$0.45\% \times \text{Vendas} + 0.75\% \times \text{Remunerações_Quadro de Pessoal}$

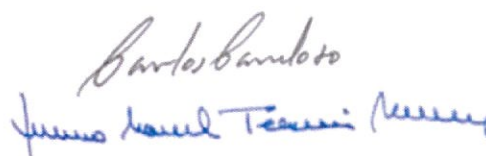
b) Quota Máxima : 923€ / mês

c) Quota Mínima : 60€ / mês

2. Para 2026, a Direcção propõe:

- A Manutenção da fórmula, sem alteração dos valores das quotas máxima e mínima.

A DIRECÇÃO



Lisboa, 26 de Novembro de 2025



Conselho Fiscal

PARECER

Sobre o Plano de Atividades e Orçamento para 2026

O Conselho Fiscal da ANIMEE - Associação Portuguesa das Empresas do Sector Eléctrico e Electrónico, reunido em 11 de dezembro de 2025 por via telemática, pelas 11,30 horas, apreciou o Plano de Atividades e Orçamento para 2026, tendo decidido, nos termos da alínea b) do n.º3 do art.º 17.º dos Estatutos, dar parecer favorável aos mencionados documentos.

Lisboa, 11 de dezembro de 2025

Presidente:

Senhor Dr. José Manuel Esteves dos Santos

Assinado por: Pedro António Marques de Castro Fernandes
Num. de Identificação: 05509088
Data: 2025.12.11 16:32:44+00'00'



Vogal Efetivo: Exide Technologies, Lda

Representada por: Senhor Dr. Pedro António Marques de Castro Fernandes

Vogal Efetivo: Schröder Iluminação, S.A.

Representada por: Senhora Dra. Maria Luísa de Almeida dos Santos Cartaxo
Morais Carneiro